

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

TEORIA GERAL DO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	39
1. Do conflito trabalhista	39
2. Das formas de solução dos conflitos trabalhistas	41
a) autotutela	42
b) autocomposição	42
c) heterocomposição	43
d) mediação e conciliação	43
3. Da conciliação	47
3.1. Consequências da supressão da expressão “conciliar e julgar” do art. 114 da CF	50
4. Das Comissões de Conciliação Prévia	51
4.1. Conceito	51
4.2. Obrigatoriedade ou facultatividade?	52
4.3. Efeitos da transação na Comissão de Conciliação Prévia (eficácia da quitação)	56
5. Arbitragem no Direito Processual do Trabalho	57
6. Da jurisdição	64
6.1. Da lide	64
6.2. Da pretensão	64
6.3. Da demanda	65
6.4. Do conceito e das características da jurisdição	65
6.5. Princípios da jurisdição	66
6.6. Espécies de jurisdição	67
6.6.1. Jurisdição Voluntária para homologação de conciliação extrajudicial trabalhista	68
6.6.2. Da reclamação pré-processual	74
7. Do processo	75
7.1. Dos pressupostos processuais	77
8. Da ação	79
8.1. Conceito	79
8.2. Das condições da ação	81
8.3. Interesse processual	83
8.4. Legitimidade	84

8.5.	Possibilidade jurídica do pedido	85
8.6.	Teoria da asserção quanto às condições da ação	86
8.7.	Da avaliação das condições da ação no Processo do Trabalho e a postura do Juiz do Trabalho. Aplicação da teoria da asserção	86
8.8.	Da carência da ação	89
9.	Do mérito do processo	89
10.	Princípios do Direito Processual	90
10.1.	Da distinção entre normas, regras e princípios	90
10.2.	Dos princípios constitucionais do processo	90
10.3.	Dos princípios constitucionais do processo em espécie	94
10.3.1.	Devido processo legal	94
10.3.2.	Princípio do Juiz e do Promotor Natural	97
10.3.3.	Princípio da igualdade	98
10.3.4.	Princípio da inafastabilidade da jurisdição (acesso à Justiça)	99
10.3.5.	Princípio do contraditório e da ampla defesa	102
10.3.6.	Princípio do duplo grau de jurisdição	105
10.3.7.	Princípio da motivação das decisões judiciais	106
10.3.8.	Princípio da publicidade	107
10.3.9.	Princípio da vedação da prova ilícita	108
10.3.10.	Princípio da duração razoável do processo	109
11.	Princípios do Processo Civil previstos na Lei Ordinária e que são aplicáveis ao Processo do Trabalho	113
a)	Princípio da ação, demanda ou da inércia do judiciário	113
b)	Princípio da disponibilidade ou dispositivo	113
c)	Princípio do impulso processual	114
d)	Princípio da oralidade	115
e)	Princípio da instrumentalidade das formas	116
f)	Princípio da cooperação	117
g)	Princípio da observância da ordem cronológica das decisões	120

CAPÍTULO II

DO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	123
1. Conceito de Direito Processual do Trabalho	123
2. Posição enciclopédica do Direito Processual do Trabalho. Autonomia do Direito Processual do Trabalho	126
3. Dos princípios peculiares do Direito Processual do Trabalho	132
3.1. Protecionismo temperado ao trabalhador	132
3.2. Informalidade	134
3.3. Conciliação	135
3.4. Celeridade	136

3.5.	Simplicidade	137
3.6.	Oralidade	137
3.6.1.	Identidade física do juiz	138
3.6.2.	Prevalência da palavra oral sobre a escrita	141
3.6.3.	Concentração dos atos processuais	142
3.6.4.	Imediatidade	142
3.6.5.	Irrecorribilidade das decisões interlocutórias	143
3.7.	Majoração dos poderes do Juiz do Trabalho na direção do processo	143
3.8.	Subsidiariedade	144
3.9.	Função social do Processo do Trabalho	144
3.9.1.	Princípio da normatização coletiva	146
4.	Das fontes do Direito Processual do Trabalho	147
4.1.	Lei	149
4.1.1.	Constituição Federal	149
4.1.2.	Leis Processuais Trabalhistas	150
4.1.3.	Código de Processo Civil e Leis Processuais Cíveis	150
4.1.4.	Regimentos Internos dos Tribunais	150
4.1.5.	Atos e Resoluções do Conselho Superior da Justiça do Trabalho	150
4.1.6.	Costume	153
4.1.7.	Princípios	153
4.1.8.	Jurisprudência	154
4.1.9.	Equidade	156
4.1.10.	Doutrina	156
4.1.11.	Tratados Internacionais	157
5.	Interpretação do Direito Processual do Trabalho	159
5.1.	Dos Métodos Clássicos de Interpretação	161
5.1.1.	Literal ou gramatical	161
5.1.2.	Teleológico	162
5.1.3.	Histórico	162
5.1.4.	Sistemático	163
5.1.5.	Restritivo	163
5.1.6.	Extensivo	163
5.1.7.	Interpretação autêntica e doutrinal	164
5.2.	Regras de interpretação constitucional	164
6.	Integração do Direito Processual do Trabalho	169
6.1.	Analogia	170
6.2.	Da aplicação subsidiária do Direito Processual Civil ao Direito Processual do Trabalho e as lacunas da CLT	171

6.2.1.	O Código de Processo Civil de 2015 e o Processo do Trabalho	171
6.2.2.	As lacunas do Processo do Trabalho e aplicação do CPC...	174
6.2.3.	Da aplicação do direito comum na esfera trabalhista ...	188
7.	Da vigência da norma processual trabalhista – eficácia no tempo	190
7.1.	A reforma trabalhista e as Regras de Direito Intertemporal	191
7.2.	Aplicação das normas processuais trabalhistas no espaço	193
8.	Das espécies de procedimentos no Processo do Trabalho	194
9.	Do procedimento para as ações que não envolvam parcelas trabalhistas <i>stricto sensu</i>	194

CAPÍTULO III

ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO BRASILEIRA 199

1.	Referências históricas e evolução da Justiça do Trabalho brasileira	199
2.	Dos órgãos da Justiça do Trabalho	205
3.	Das garantias da Magistratura do Trabalho	206
4.	Do acesso à Magistratura do Trabalho	207
5.	Do Juiz do Trabalho e das Varas do Trabalho	209
5.1.	Do papel do Juiz do Trabalho	210
6.	Dos Tribunais Regionais do Trabalho	212
7.	Do Tribunal Superior do Trabalho	214
8.	Dos serviços auxiliares da Justiça do Trabalho	215
8.1.	Dos distribuidores	218

CAPÍTULO IV

DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO 219

1.	Conceito e origem	219
2.	Princípios do Ministério Público	220
3.	Do Ministério Público do Trabalho	221
4.	Da prerrogativa do Procurador do Trabalho de sentar-se ao lado do Juiz do Trabalho nas audiências trabalhistas	223
5.	Da competência do Ministério Público do Trabalho	224
6.	Formas de atuação do Ministério Público do Trabalho	225
6.1.	Judicial	225
6.1.1.	Qualidade de parte ou agente	225
6.1.2.	Fiscal da ordem jurídica ou interveniente	227
6.2.	Extrajudicial	229
6.2.1.	Inquérito civil público	229
6.2.2.	Termo de Ajustamento de Conduta	230

CAPÍTULO V

COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO 233

1.	Do conceito de competência	233
----	----------------------------------	-----

2.	Competência material da Justiça do Trabalho brasileira após a EC n. 45/04 e competência em razão da pessoa	236
3.	Da competência material da Justiça do Trabalho	239
3.1.	Controvérsias oriundas e decorrentes da relação de trabalho	239
3.1.1.	Do conceito de relação de trabalho	239
3.2.	Competência da Justiça do Trabalho para apreciar as lides oriundas da relação de trabalho	244
3.2.1.	Trabalhador autônomo	252
3.2.2.	Trabalhador eventual	253
3.2.3.	Trabalhador avulso	254
3.2.4.	Empregados de Cartórios Extrajudiciais	256
3.3.	Competência da Justiça do Trabalho para as relações de trabalho que configuram relação de consumo	259
3.4.	Servidor público. Relação estatutária	263
3.4.1.	Contratação temporária pela Administração Pública	266
3.5.	Os contratos de empreitada e a pequena empreitada	266
3.6.	Contratos de prestação de serviços	269
3.7.	Entes de direito público externo	270
3.8.	Outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho (inciso IX do art. 114 da CF)	275
4.	Competência para as ações que envolvem o exercício do direito de greve	278
4.1.	Da competência da Justiça do Trabalho para o julgamento da greve dos servidores públicos	280
4.2.	Ações possessórias e interdito proibitório que decorre da greve	283
4.3.	Ações indenizatórias que decorrem da greve	285
5.	Ações sobre representação sindical	286
5.1.	Lides intersindicais não coletivas	289
5.2.	Lides intrassindicais	290
5.3.	Conflitos sobre contribuições sindicais	290
6.	<i>Habeas corpus</i>	295
7.	Mandado de segurança	302
8.	<i>Habeas data</i>	304
9.	Competência penal da Justiça do Trabalho	306
10.	Ações de indenização por danos morais e patrimoniais decorrentes da relação de trabalho	310
10.1.	Danos na fase pré-contratual	315
10.2.	Danos na fase pós-contratual	316
10.2.1.	Competência da Justiça do Trabalho para os pedidos de complementação de aposentadoria	317

10.3. Da competência da Justiça do Trabalho para apreciação dos danos morais e materiais decorrentes do acidente de trabalho	320
10.4. Competência da Justiça do Trabalho para apreciar o dano moral em ricochete	323
11. Penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos da fiscalização do trabalho	329
11.1. Execução fiscal das multas decorrentes da fiscalização do trabalho	332
11.2. Órgãos de fiscalização do exercício de profissões regulamentadas	333
11.3. Ações sobre o FGTS movidas em face da CEF	334
12. Execução, de ofício, das contribuições sociais das sentenças que proferir	335
13. Da competência territorial da Justiça do Trabalho brasileira	339
13.1. Empregado brasileiro que trabalha no estrangeiro	349
13.2. Foro de eleição na Justiça do Trabalho	356
14. Competência funcional da Justiça do Trabalho	358
14.1. Competência funcional das Varas do Trabalho	359
14.2. Competência funcional dos Tribunais Regionais do Trabalho	361
14.3. Competência funcional do Tribunal Superior do Trabalho	363
15. Da modificação da competência na Justiça do Trabalho	366
16. Conflitos de competência entre órgãos que detêm jurisdição trabalhista	368

CAPÍTULO VI

DAS PARTES E PROCURADORES NO PROCESSO DO TRABALHO	371
1. Conceito de parte	371
2. Da capacidade para ser parte na Justiça do Trabalho	372
3. Da representação e assistência das partes na Justiça do Trabalho	374
4. Da representação do empregado menor de 18 anos na Justiça do Trabalho	377
5. Da capacidade postulatória da parte na Justiça do Trabalho – o <i>jus postulandi</i> da parte na Justiça do Trabalho. Aspectos críticos e perspectivas	378
6. Sucessão das partes no Processo do Trabalho	381
7. Da substituição processual (legitimidade extraordinária)	383
8. A substituição processual pelo sindicato no Direito Processual do Trabalho	385
8.1. Do rol de substituídos	394
8.2. Liquidação e execução da decisão genérica	398
8.3. Substituição processual e interrupção da prescrição	408
9. Da regularização da representação processual	409

10. Do litisconsórcio no Processo do Trabalho	411
10.1. Conceito	411
10.2. Do litisconsórcio previsto na CLT	414
10.3. Do litisconsórcio necessário no Processo do Trabalho	415
10.3.1. Do litisconsórcio unitário no Processo do Trabalho	419
10.4. Intervenção <i>iussu iudicis</i>	420
10.5. Litisconsórcio multitudinário	420
10.6. Prazo em dobro para os litisconsortes com patronos diferentes ..	422
11. Do advogado na Justiça do Trabalho	422
12. Da procuração	425
13. Da procuração <i>apud acta</i>	428
14. Dos honorários advocatícios na Justiça do Trabalho	430
15. Dos honorários advocatícios que decorrem da sucumbência	434
16. Da assistência judiciária e justiça gratuita no Processo do Trabalho	449
16.1. Do deferimento da justiça gratuita ao empregador	457
16.2. A justiça gratuita e o pagamento dos honorários periciais	458
17. Dos deveres das partes e procuradores	461
18. Da litigância de má-fé no Processo do Trabalho	466
18.1. Litigância predatória	468
18.1.1. Da aplicação da multa à testemunha por litigância de má-fé no processo do trabalho	469
19. Da possibilidade de condenação solidária do advogado por litigância de má-fé	471
20. Do assédio processual	475
20.1. Da reparação do assédio processual no âmbito trabalhista	485

CAPÍTULO VII

DA INTERVENÇÃO DE TERCEIROS NO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO ... 491

1. Da intervenção de terceiros e princípios que a orientam	491
2. Da compatibilidade da intervenção de terceiros com o procedimento trabalhista	492
2.1. A intervenção do <i>amicus curiae</i>	499
3. Das espécies de intervenção de terceiros e sua aplicabilidade no Direito Processual do Trabalho	500
3.1. Assistência	500
3.2. Nomeação à autoria	502
3.3. Oposição	503
3.4. Oposição em dissídio coletivo de natureza econômica	505
3.5. Denúnciação da lide	508
3.6. Chamamento ao processo	516

CAPÍTULO VIII

DOS ATOS PROCESSUAIS	519
1. Conceito de atos e fatos processuais	519
2. Princípios dos atos processuais no Processo do Trabalho	522
2.1. Publicidade	522
2.2. Limites temporais	522
2.3. Forma	524
2.4. Documentação	524
2.5. Preclusão	524
3. Da prática dos atos processuais por meios eletrônicos e processo judicial eletrônico	526
4. Termo processual	532
5. Dos prazos processuais	532
6. Da contagem dos prazos processuais	533
7. Privilégios de prazo	539
8. Da comunicação dos atos processuais trabalhistas: citação, notificação e intimação	540
8.1. Da comunicação dos atos processuais por intermédio de Cartas Precatórias, Rogatórias e de Ordem	545
9. Das despesas processuais no Processo do Trabalho	547
9.1. Custas processuais e emolumentos	548
10. Da suspensão do processo	551

CAPÍTULO IX

DAS NULDADES NO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	555
1. Conceito e espécies	555
2. Princípios das nulidades	556
2.1. Prejuízo ou transcendência	556
2.2. Princípio da instrumentalidade das formas	557
2.3. Princípio da convalidação	558
2.4. Princípio da renovação dos atos processuais viciados ou saneamento das nulidades	561
2.5. Princípio do aproveitamento dos atos processuais praticados	561
2.6. Princípio do interesse	562

CAPÍTULO X

DA PRESCRIÇÃO NO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	563
1. Conceito e distinção com a decadência	563
2. Causas de interrupção, impedimento e suspensão da prescrição e o Processo do Trabalho	568
3. Prescrição na ação declaratória no Processo do Trabalho	575

4. Da prescrição intercorrente	576
5. Do momento da arguição da prescrição no Processo do Trabalho	584
6. Reconhecimento da prescrição de ofício no Direito Processual do Trabalho	585
7. Prescrição aplicável para as ações que não envolvem uma parcela trabalhista <i>stricto sensu</i> e das ações em curso que vieram para o Judiciário Trabalhista	592
8. Da prescrição do dano moral decorrente da relação de trabalho	594
9. Prescrição dos danos materiais e morais decorrentes do acidente de trabalho	597
10. O não decurso do prazo prescricional enquanto a responsabilidade pelo fato lesivo estiver sendo apurada no juízo criminal	601

CAPÍTULO XI

DA PETIÇÃO INICIAL NO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	605
1. Conceito e fundamentos	605
2. Requisitos da petição inicial trabalhista	607
3. Requisitos da inicial trabalhista exigidos pela CLT	608
3.1. Endereçamento	609
3.2. Qualificação das partes	610
3.3. Causa de pedir (breve exposição dos fatos de que resulte o dissídio)	611
3.4. Do pedido e o princípio da extrapetição no Processo do Trabalho	614
3.4.1. Da cumulação de pedidos	618
3.4.2. Pedido alternativo	618
3.4.3. Pedido subsidiário	619
3.5. Do valor dos pedidos e da causa	620
3.5.1. Impugnação do valor atribuído à causa e controle judicial sobre o valor atribuído à causa no Processo do Trabalho	631
3.6. Assinatura da petição inicial	633
3.7. Requisitos não exigidos na inicial trabalhista	633
4. Efeitos processuais da inicial	633
5. Da emenda e aditamento da inicial no Processo do Trabalho	634
6. Documentos que devem acompanhar a inicial trabalhista	636
7. Do indeferimento da petição inicial no Processo do Trabalho	636
8. Da inépcia da inicial trabalhista	638
9. Do recurso em face do indeferimento liminar da inicial no Processo do Trabalho	640

CAPÍTULO XII

DA AUDIÊNCIA TRABALHISTA	641
1. Conceito	641
2. Princípios da audiência trabalhista	643
2.1. Presença obrigatória das partes	643
2.2. Concentração dos atos processuais numa única audiência (audiência una)	644
2.2.1. Do rito com fracionamento de audiências	645
2.3. Publicidade	647
2.4. Oralidade	648
2.5. Imediação	649
2.6. Poderes mais acentuados ao Juiz do Trabalho na condução da audiência (inquisitivo)	649
2.7. Conciliação	649
3. Peculiaridades da audiência trabalhista	653
4. O procedimento da audiência trabalhista quando há o comparecimento do Juiz do Trabalho e das partes	664
5. Da condução da audiência pelo Juiz do Trabalho: ordem da oitiva das partes e testemunhas	668
6. Da importância do comparecimento das partes no Processo do Trabalho	670
6.1. Do atraso das partes e do Juiz do Trabalho à audiência	671
7. Da ausência do advogado	676
8. Da ausência do reclamante, arquivamento, custas processuais e a possibilidade de representação do empregado	677
9. Da possibilidade de aplicação da confissão ao reclamante ausente à audiência em prosseguimento	684
10. Da ausência do reclamado	686
11. Nomeação de curador especial para o reclamado revel	687
12. Ausência do reclamante e do reclamado	688
13. Da ausência do reclamado e presença do advogado	689
14. Da representação do reclamado em audiência. Efeitos. Condição de empregado do preposto	692
15. Das audiências telepresenciais e por videoconferência	700
15.1. Conceito e fundamentos	700
15.2. Do procedimento da audiência telepresencial	702

CAPÍTULO XIII

DA REVELIA NO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	705
1. Introdução	705

2.	Do conceito de revelia no Direito Processual Civil e no Direito Processual do Trabalho	706
3.	Dos efeitos da revelia no Direito Processual do Trabalho	711
4.	Revelia e confissão no Direito Processual do Trabalho	712
5.	Elisão da revelia no Direito Processual do Trabalho	714
5.1.	Nulidade da citação	714
5.2.	Ausência motivada do preposto	716
6.	Hipóteses de não aplicabilidade dos efeitos da revelia no Direito Processual do Trabalho	718
6.1.	Havendo pluralidade de réus, um deles contestar a ação	718
6.2.	Se o litígio versar sobre direitos indisponíveis (art. 392 do CPC) ...	720
6.3.	Se a petição inicial não estiver acompanhada de documento essencial	721
6.3.1.	As alegações de fato formuladas pelo autor forem inverossímeis ou estiverem em contradição com prova constante dos autos	721
7.	A revelia e a pessoa jurídica de direito público	722
8.	A revelia quando há necessidade de prova pericial	724
9.	O Juiz do Trabalho diante da revelia	724

CAPÍTULO XIV

DA RESPOSTA	729	
1.	Conceito	729
2.	Da contestação	730
2.1.	Das preliminares da contestação	738
I –	Nulidade da citação	739
II –	Litispêndêcia	740
III –	Coisa julgada	741
IV –	Incompetência absoluta	742
V –	Da preempção	742
VI –	Inépcia da inicial	744
VII –	Carência da ação	744
VIII –	Conexão	745
2.2.	Da compensação e da retenção como matérias de defesa	745
2.3.	Matérias que podem ser invocadas depois da contestação	746
2.4.	Da ordem de enumeração da matéria defensiva	748
3.	Das exceções	748
3.1.	Exceções de impedimento e de suspeição	749
3.2.	Procedimento das exceções de impedimento e suspeição	754
3.3.	Exceção de incompetência	756
4.	Da reconvenção	760

4.1.	Conceito e requisitos de admissibilidade	760
4.2.	Do procedimento da reconvenção no Processo do Trabalho	763
4.3.	Da reconvenção nas ações de natureza dúplice na esfera processual do trabalho	765
4.4.	Reconvenção de reconvenção no Processo do Trabalho	766

CAPÍTULO XV

DAS PROVAS NO PROCESSO DO TRABALHO 769

1ª Parte – Teoria Geral das Provas no Processo do Trabalho	769
1.1. Do conceito e finalidade da prova	769
1.1.1. Da verdade para fins processuais (a superação dos conceitos de verdade real e verdade formal)	773
1.2. Objeto da prova	775
1.3. Das máximas de experiência e a prova no Processo do Trabalho	779
1.4. Da prova do Direito no Direito Processual do Trabalho	781
1.5. Princípios da prova no Direito Processual do Trabalho	782
1.5.1. Necessidade da prova	782
1.5.2. Contraditório e ampla defesa	783
1.5.3. Licitude e probidade da prova	783
1.5.4. Oralidade	784
1.5.5. Aquisição processual da prova no Processo do Trabalho	785
1.5.6. Convencimento motivado do juiz	786
1.5.7. Busca da verdade real	786
1.5.8. Aptidão para a prova	787
1.5.9. Princípio da lealdade processual e boa-fé	789
1.6. A prova emprestada no Direito Processual do Trabalho	790
1.6.1. Requisitos para utilização da prova emprestada no Direito Processual do Trabalho	794
1.7. Ônus da prova no Direito Processual do Trabalho	797
1.7.1. O ônus da prova e o fato negativo	802
1.8. Da inversão do ônus da prova no Direito Processual do Trabalho ...	803
1.8.1. A moderna teoria da carga dinâmica do ônus da prova	807
1.9. A revelia e a produção de provas no Direito Processual do Trabalho	812
1.10. Valoração da prova no Direito Processual do Trabalho	817
1.10.1. Da aplicação do princípio in dubio pro operario na valoração da prova pelo Juiz do Trabalho	819
1.11. Dos poderes instrutórios do Juiz do Trabalho	821
1.12. Da prova ilícita no Direito Processual do Trabalho	825

1.12.1.	A prova ilícita e o Juiz do Trabalho	830
1.13.	Fases do Procedimento Probatório	831
1.13.1.	Da produção antecipada da prova	834
1.14.	Da produção de provas orais por meio telepresencial e videoconferência	835
1.15.	Provas digitais	837
1.15.1.	Do conceito e natureza jurídica da prova digital	837
1.15.2.	Requisitos de validade da prova digital	839
2ª Parte –	Das Provas em Espécie	847
2.1.	Interrogatório e depoimento pessoal	847
2.1.1.	Dos conceitos de interrogatório e depoimento pessoal	847
2.1.2.	Da compatibilidade do depoimento pessoal com o Processo do Trabalho e sua importância prática	850
2.2.	Da confissão	856
2.3.	Da prova documental	860
2.3.1.	Da exibição de documentos	866
2.3.2.	Documentos trabalhistas típicos	867
2.3.2.1.	Carteira de Trabalho e Previdência Social	867
2.3.2.2.	Recibos de pagamento e quitação e cartões de ponto	868
2.3.2.3.	Da oportunidade de juntada dos documentos	872
2.3.3.	Da autenticidade dos documentos no Processo do Trabalho	875
2.3.4.	Da arguição de falsidade documental no Processo do Trabalho	878
2.3.5.	Valoração do documento no processo do trabalho	880
2.3.5.1.	Da ata notarial	880
2.4.	Da prova testemunhal no Processo do Trabalho	881
2.4.1.	Do conceito e admissibilidade da prova testemunhal no Processo do Trabalho	881
2.4.2.	Da capacidade para ser testemunha. Das incapacidades, impedimentos e suspeições das testemunhas no Processo do Trabalho	883
a)	amizade íntima	884
b)	empregado que exerce cargo de confiança na empresa	887
c)	testemunha que litiga contra o mesmo empregador em troca de favores	890
2.4.3.	Depoimento da testemunha menor de 18 anos no Processo do Trabalho	893

2.4.4.	Número máximo de testemunhas no Processo do Trabalho	894
2.4.5.	Da qualificação da testemunha. A testemunha que não porta documento poderá ser ouvida?	896
2.4.6.	Da contradita	899
2.4.7.	Da substituição das testemunhas	900
2.4.8.	Da produção da prova testemunhal no Processo do Trabalho	902
2.4.9.	Da acareação das testemunhas e testemunhas e partes	906
2.4.9.a.	Da valoração da prova testemunhal pelo Juiz do Trabalho	907
2.4.9.b.	Do falso testemunho no Processo do Trabalho e o Juiz do Trabalho diante do falso testemunho	911
2.5.	Da prova pericial	912
2.5.1.	Sistemática da realização das perícias	916
2.5.2.	Da valoração da prova pericial	919
2.5.3.	Do pagamento dos honorários periciais	923
2.5.4.	Da prova pericial simplificada	926
2.6.	Da inspeção judicial no Direito Processual do Trabalho	927

CAPÍTULO XVI

SENTENÇA E COISA JULGADA 931

1ª Parte – Da Sentença Trabalhista	931
1. Conceito e natureza jurídica	931
2. Princípios da sentença trabalhista	935
3. Requisitos estruturais da sentença trabalhista	936
3.1. Relatório	936
3.2. Fundamentação	937
3.2.1. Da ordem de apreciação na sentença trabalhista das matérias preliminares	946
3.2.2. Ordem de apreciação da matéria de mérito	947
3.3. Dispositivo ou conclusão	947
4. Classificação das sentenças	948
5. Nulidades da sentença	950
a) Sentença inexistente	950
b) Nulidade da sentença (falta dos requisitos legais)	951
c) Falta de fundamentação (nulidade)	951
d) Nulidade – sentença <i>citra petita</i> , <i>extra petita</i> e <i>ultra petita</i>	951
e) Sentença <i>citra petita</i>	952
f) Sentença <i>ultra petita</i>	953

g) Sentença <i>extra petita</i>	954
6. Possibilidade de julgamento <i>extra petita</i> ou <i>ultra petita</i> no Processo do Trabalho – princípio da ultrapetição	955
6.1. Do julgamento parcial do mérito	956
6.2. Do julgamento de improcedência liminar	958
7. Da inalterabilidade da sentença depois da publicação	960
7.1. A sentença trabalhista e a hipoteca judiciária	962
2ª Parte – Da Coisa Julgada no Direito Processual do Trabalho	967
8. Conceito. Coisa julgada material e coisa julgada formal	967
9. Limites subjetivos da coisa julgada	969
10. Limites objetivos da coisa julgada	970
11. Dos efeitos da coisa julgada criminal no Processo do Trabalho	975
12. Relativização da coisa julgada material no Processo do Trabalho	979
13. Da possibilidade de revisão de acordos judiciais ou suspensão de decisões da Justiça do Trabalho diante da Pandemia da Covid-19	982

CAPÍTULO XVII

DOS RITOS SUMARÍSSIMO E SUMÁRIO NO PROCESSO DO TRABALHO 985

1. Dos ritos sumário e sumaríssimo trabalhistas	985
2. Do rito sumário	986
3. Do rito sumaríssimo	987
3.1. Da obrigatoriedade ou facultatividade do rito sumaríssimo	988
3.2. Da possibilidade de conversão do rito sumaríssimo para ordinário	989
3.3. Da aplicabilidade do rito sumaríssimo	990
3.4. Requisitos da petição inicial no rito sumaríssimo e possibilidade de emenda da inicial	991
3.5. Da citação por edital no rito sumaríssimo	993
3.6. Aspectos do procedimento sumaríssimo	995

CAPÍTULO XVIII

RECURSOS NO PROCESSO DO TRABALHO 1001

1ª Parte – Teoria Geral dos Recursos Trabalhistas	1001
1.1. Dos recursos – conceito, fundamentos e natureza jurídica	1001
1.1.1. Classificação dos recursos	1003
1.2. Princípios dos recursos trabalhistas	1005
1.2.1. Duplo grau de jurisdição	1005
1.2.2. Taxatividade	1010
1.2.3. Singularidade ou unirrecorribilidade	1011
1.2.4. Fungibilidade	1013
1.2.5. Proibição da <i>reformatio in pejus</i>	1015

1.2.6.	Variabilidade	1016
1.2.7.	Dialeticidade	1017
1.2.8.	Irrecorribilidade em separado das decisões interlocutórias	1020
1.3.	Da remessa necessária ou recurso de ofício	1020
1.4.	Recursos e direito intertemporal	1023
1.5.	Decisões irrecorríveis no Processo do Trabalho	1030
1.5.1.	Decisão interlocutória	1030
1.5.2.	Dissídios de alçada (irrecorribilidade)	1034
1.5.3.	Despachos	1037
1.6.	Pressupostos recursais	1037
1.6.1.	Pressupostos recursais intrínsecos	1039
1.6.1.1.	Cabimento	1039
1.6.1.2.	Legitimidade	1039
1.6.1.3.	Interesse recursal	1042
1.6.2.	Pressupostos recursais extrínsecos	1047
1.6.2.1.	Preparo	1047
1.6.2.2.	Depósito recursal	1049
1.6.2.3.	Regularidade formal	1063
1.6.2.4.	Assinatura	1066
1.6.2.5.	Tempestividade	1067
1.7.	Efeitos dos recursos trabalhistas	1068
1.7.1.	Do efeito devolutivo	1068
1.7.2.	Efeito translativo	1072
1.7.3.	Regressivo	1073
1.7.4.	Substitutivo	1074
1.7.5.	Suspensivo	1074
1.8.	Do processamento dos recursos trabalhistas	1076
1.8.1.	Juízos de admissibilidade e de mérito dos recursos ...	1076
1.8.2.	Das contrarrazões	1078
1.8.3.	A impugnação das decisões interlocutórias e as contrarrazões	1081
1.8.4.	Procedimento	1082
1.8.5.	Da sessão de julgamento e da sustentação oral	1084
1.8.6.	Da sessão de julgamento por videoconferência	1086
1.9.	Do art. 932 do CPC (majoração dos poderes do relator)	1086
1.9.1.	A força criativa da jurisprudência pelos Tribunais	1090
1.9.1.1.	A questão do precedente judicial	1090
1.9.1.2.	Força vinculante da jurisprudência dos Tribunais	1099

1.9.1.3.	Da reclamação constitucional e da reclamação na justiça do trabalho	1107
2ª Parte –	Dos Recursos Trabalhistas em Espécie	1114
2.1.	Do recurso ordinário	1114
2.1.1.	Conceito e requisitos	1114
2.1.2.	Os §§ 3º e 4º do art. 1.013 do CPC e a teoria da causa madura e sua aplicação no recurso ordinário trabalhista	1118
2.1.3.	O art. 938 do CPC (saneamento das nulidades no recurso ordinário)	1121
2.2.	Recurso de revista	1123
2.2.1.	Conceito	1123
2.2.2.	Requisitos específicos do recurso de revista	1127
2.2.2.1.	Pressupostos extrínsecos	1127
2.2.2.2.	Pressupostos intrínsecos	1131
2.2.3.	Hipóteses de cabimento	1135
a)	Divergência jurisprudencial (Lei Federal)	1135
b)	Divergência jurisprudencial (interpretação de lei estadual, convenção coletiva, acordo coletivo, sentença normativa ou regulamento de empresa)	1139
c)	Violação de literal dispositivo de Lei Federal ou da Constituição da República	1140
c1)	Violação a princípios constitucionais.....	1142
2.2.4.	Execução de sentença	1145
2.2.4.1.	Execução de título executivo extrajudicial, execução fiscal e certidão negativa de débitos trabalhistas	1148
2.2.5.	Admissibilidade do recurso e saneamento de nulidades	1148
2.2.6.	Recurso de revista no rito sumaríssimo	1152
2.2.7.	Transcendência no recurso de revista	1153
2.2.8.	Efeitos do recurso de revista	1166
2.2.8.1.	Efeito devolutivo	1166
2.2.8.2.	Efeito suspensivo no recurso de revista	1168
2.2.9.	Da uniformização da jurisprudência dos Tribunais Regionais do Trabalho	1168
2.2.9.1.	Do incidente de Resolução de Demandas Repetitivas no âmbito dos Tribunais Trabalhistas	1172
2.2.9.2.	Do incidente de Assunção de Competência ..	1177
2.2.10.	Recursos de Revista Repetitivos	1178

2.3.	Dos embargos de declaração	1191
2.3.1.	Conceito e natureza jurídica	1191
2.3.2.	Hipóteses cabíveis	1192
2.3.3.	Caráter infringente dos embargos (efeito modificativo)	1195
2.3.4.	Embargos de declaração em face de decisão interlocutória	1195
2.3.5.	Embargos de declaração e contraditório	1196
2.3.6.	Embargos de declaração protelatórios e multa	1197
2.3.7.	Embargos de declaração e prequestionamento	1198
2.3.8.	Do processamento dos embargos de declaração	1198
2.4.	Agravo de instrumento	1201
2.5.	Agravo de petição	1207
2.5.1.	Delimitação das matérias objeto da controvérsia	1210
2.5.2.	Procedimento	1213
2.6.	Do recurso adesivo no Processo do Trabalho	1213
2.6.1.	Compatibilidade com o Processo do Trabalho e requisitos	1214
2.7.	Pedido de revisão	1215
2.8.	Embargos no TST	1216
2.8.1.	Embargos infringentes	1221
2.8.2.	Embargos de divergência	1222
2.8.3.	Embargos de nulidade	1223
2.8.4.	Processamento dos embargos no TST	1224
2.9.	Do recurso extraordinário no âmbito trabalhista	1226
2.9.1.	Da repercussão geral no recurso extraordinário	1228
2.9.2.	Do processamento do recurso extraordinário	1230
2.9.3.	Recurso extraordinário e execução de sentença trabalhista	1232
2.10.	Do agravo regimental	1233

CAPÍTULO XIX

DA LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA TRABALHISTA 1237

1.	Do conceito de liquidação de sentença e sua natureza jurídica	1237
2.	Da liquidação por cálculos no Processo do Trabalho	1241
3.	Se o reclamante não apresentar os cálculos, há prescrição intercorrente?	1244
4.	Liquidação por arbitramento	1245
5.	Liquidação por artigos (pelo procedimento comum)	1246
6.	Da revelia na liquidação de sentença trabalhista	1247

7. Da natureza da decisão que decide a liquidação no Processo do Trabalho e impugnabilidade	1249
8. Liquidação de títulos executivos extrajudiciais no Processo do Trabalho	1252
9. Da correção monetária dos créditos trabalhistas	1253

CAPÍTULO XX

DA EXECUÇÃO NA JUSTIÇA DO TRABALHO 1263

1. Introdução e aspectos críticos	1263
2. Do conceito de execução trabalhista	1265
3. Dos princípios da execução trabalhista	1266
3.1. Primazia do credor trabalhista	1266
3.2. Princípio do meio menos oneroso para o executado	1267
3.3. Princípio do título	1268
3.4. Redução do contraditório	1269
3.5. Patrimonialidade	1270
3.6. Efetividade	1270
3.7. Utilidade	1271
3.8. Disponibilidade	1271
3.9. Função social da execução trabalhista	1272
3.10. Subsidiariedade	1272
3.11. Princípio da ausência de autonomia da execução trabalhista (procedimento sincrético)	1273
3.12. Princípio do impulso oficial	1275
4. Dos pressupostos processuais e condições da ação na execução	1278
5. Do mérito da execução	1280
5.1. Medidas executivas atípicas	1281
6. Do título executivo	1288
7. Títulos executivos judiciais	1292
8. Títulos executivos extrajudiciais	1295
9. Do procedimento da execução por títulos executivos extrajudiciais no Processo do Trabalho	1300
10. Da competência para a execução trabalhista	1301
11. Legitimidade para promover a execução	1303
11.1. Ativa	1303
11.2. Da legitimidade ativa do espólio e sucessores	1304
11.3. (Cessionário) Da cessão do crédito trabalhista	1305
11.4. Do sub-rogado	1308
11.5. Da legitimidade passiva	1308
12. Da responsabilidade patrimonial	1309
13. Da responsabilidade patrimonial secundária	1310

14. Dos responsáveis secundários na execução no Processo do Trabalho (hipóteses típicas)	1311
14.1. Sucessão de empresas (empregadores)	1311
14.2. Da responsabilidade do sócio (desconsideração da personalidade jurídica)	1317
14.2.1. Do incidente de desconsideração da personalidade jurídica	1324
14.3. Do sócio que se retirou da sociedade há mais de 2 anos da data do ingresso da ação	1331
14.3.1. Teoria inversa da desconsideração da personalidade jurídica	1336
14.4. Bens do cônjuge ou companheiro	1339
14.5. Da responsabilidade do devedor subsidiário	1341
14.6. Responsabilidade da empresa do mesmo grupo econômico que não participou da fase de conhecimento	1345
15. Da fraude à execução no Processo do Trabalho	1353
15.1. Da fraude à execução e fraude contra credores	1359
15.2. Fraude à execução (penhora de bem imóvel)	1361
16. Do ato atentatório à dignidade da Justiça	1365
17. Da execução provisória na Justiça do Trabalho	1368
17.1. A nova execução provisória do Processo Civil e sua aplicabilidade no Processo do Trabalho	1370
17.2. Da penhora de dinheiro na execução provisória	1379
17.3. Execução provisória de obrigação de fazer	1382
18. Da audiência de conciliação na execução	1383
19. Da execução em face da massa falida e empresa em recuperação judicial	1385
19.1. Da alienação de bens durante o procedimento de recuperação judicial e a sucessão para fins trabalhistas	1394
19.1.1. Execução em face de devedores solidários e subsidiários na falência e recuperação judicial	1397
19.2. Execução em face de empresas em liquidação extrajudicial	1400
20. Da execução de obrigações de fazer e não fazer na Justiça do Trabalho	1401
21. Execução em face da Fazenda Pública	1405
22. Da execução de parcelas sucessivas	1418
23. Execução da parcela previdenciária	1419
24. Execução das multas administrativas aplicadas ao empregador pelos órgãos de fiscalização do trabalho	1430
25. Execução de sentença trabalhista por quantia certa contra devedor solvente	1433
25.1. Do procedimento da CLT	1433

25.2. Do início da execução trabalhista e da citação do executado .	1435
25.3. Do procedimento de cumprimento de sentença previsto no CPC – art. 523 do CPC	1438
25.4. Da aplicabilidade do art. 523 do CPC ao Processo do Trabalho	1440
25.5. Protesto extrajudicial da sentença trabalhista não cumprida ...	1448
25.6. Da certidão negativa de débitos trabalhistas	1452
26. Da penhora	1454
26.1. Conceito e efeitos da penhora	1454
26.2. Da indicação de bens à penhora, constrição e garantia do juízo	1456
26.2.1. Convênios Eletrônicos para efetividade da penhora	1461
26.3. Dos bens impenhoráveis	1470
26.4. Da impenhorabilidade do bem de família	1474
26.5. Da penhora de dinheiro e bloqueio de contas bancárias	1482
26.6. Da penhora de salário e dos valores depositados em caderneta de poupança	1487
26.7. Penhora de bens imóveis	1491
26.7.1. Do registro da penhora do imóvel e consequências ..	1495
26.8. Da penhora do imóvel hipotecado	1496
26.9. Penhora de bem gravado com alienação fiduciária em garantia	1499
26.10. Penhora de bem gravado com <i>leasing</i>	1501
26.11. Penhora de crédito	1502
26.12. Penhora no rosto dos autos	1503
26.13. Penhora de faturamento	1504
26.14. Da penhora de empresa e do estabelecimento comercial	1505
26.15. Substituição de penhora	1507
26.16. Mais de uma penhora sobre o mesmo bem (concurso de credores na Justiça do Trabalho)	1509
26.16.1. Do arresto cautelar (art. 830 do CPC)	1512
26.17. Do auto de penhora	1513
27. Da avaliação dos bens penhorados	1514
28. Do depósito dos bens penhorados e depositário	1517
29. Depositário infiel – prisão determinada pelo Juiz do Trabalho	1521
30. Dos meios de defesa do executado e terceiro em face da execução .	1531
30.1. Embargos à execução (título executivo judicial)	1531
30.1.1. Do conteúdo dos embargos à execução	1534
30.1.2. Do processamento dos embargos à execução	1543
31. Embargos à execução por título executivo extrajudicial	1546
31.1. Parcelamento da execução (art. 916 do CPC) e sua compatibilidade com o Processo do Trabalho	1547

32. Da exceção de pré-executividade na Justiça do Trabalho	1550
33. Dos embargos de terceiro	1556
34. Da hasta pública	1563
35. Formalidades da hasta pública	1565
36. Expropriação	1568
36.1. Arrematação – conceito e legitimidade para arrematar	1568
36.2. Da arrematação parcelada de bens e sua compatibilidade com o Processo do Trabalho	1574
36.3. Adjudicação	1575
36.4. Remição da execução	1577
36.5. Remição de bens	1579
37. Lance mínimo	1580
38. Lance vil	1581
39. Lance vil no Processo do Trabalho	1582
40. Impugnação da expropriação no Processo do Trabalho	1583
41. Da adjudicação antes da hasta pública e o Processo do Trabalho	1585
42. Alienação por iniciativa particular e o Processo do Trabalho	1588
43. Alienação por leilão eletrônico	1589
44. Suspensão e extinção da execução no Processo do Trabalho	1591

CAPÍTULO XXI

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS TRABALHISTAS 1595

1. Inquérito judicial para apuração de falta grave	1595
1.1. Do procedimento do inquérito judicial para apuração de falta grave	1598
1.2. Efeitos da decisão proferida no inquérito para apuração de falta grave	1600
1.3. Inquérito judicial para apuração de falta grave (natureza dúplice) e reconvenção	1601
2. Dissídio coletivo	1601
2.1. Dos conflitos coletivos trabalhistas e do interesse coletivo	1601
2.2. Do poder normativo da Justiça do Trabalho brasileira	1603
2.3. Do dissídio coletivo – conceito e espécies	1607
2.4. A questão do comum acordo para ajuizar o dissídio coletivo de natureza econômica	1610
2.5. A questão do comum acordo nos dissídios de greve e a legiti- midade do Ministério Público do Trabalho	1620
2.6. Limites da competência normativa da Justiça do Trabalho bra- sileira	1623
2.7. O poder normativo se transformou em arbitragem judicial após a EC n. 45/04?	1625

2.8.	Como resolver o impasse se o sindicato forte se recusa a negociar?	1626
2.9.	Do procedimento no dissídio coletivo e questões processuais .	1628
2.9.1.	Da revelia no dissídio coletivo	1631
2.9.2.	Da sentença normativa, recursos e coisa julgada no dissídio coletivo	1632
3.	Da ação de cumprimento	1637
3.1.	Competência da Justiça do Trabalho para a ação de cumprimento	1639
3.2.	Legitimidade	1640
3.3.	Dilação probatória	1641
3.4.	Prescrição	1642

CAPÍTULO XXII

AÇÕES CIVIS ADMISSÍVEIS NO PROCESSO DO TRABALHO 1643

1.	Das Tutelas de Urgência Previstas no Código de Processo Civil e o Processo do Trabalho	1643
1.1.	Da fungibilidade das tutelas de urgência	1645
2.	Da tutela antecipada e o Processo do Trabalho	1647
2.1.	Da impugnação da medida que aprecia a tutela antecipada no Processo do Trabalho	1654
2.2.	Da execução da tutela antecipada no Processo do Trabalho ...	1657
2.3.	Da tutela antecipada das obrigações de fazer e não fazer e dar no Processo do Trabalho	1658
2.4.	A tutela antecipada em face da Fazenda Pública	1660
3.	Da tutela inibitória e sua aplicação no Processo do Trabalho	1662
4.	Da tutela cautelar. Medidas cautelares e o Processo do Trabalho	1667
4.1.	Teoria geral da tutela cautelar	1667
4.2.	Do poder geral de cautela do Juiz do Trabalho	1670
4.3.	Espécies de tutelas cautelares	1671
4.4.	Do procedimento das tutelas cautelares no Processo do Trabalho	1671
4.5.	Da tutela da evidência	1675
5.	Da ação rescisória na Justiça do Trabalho	1677
5.1.	Conceito e natureza jurídica	1677
5.2.	Hipóteses de cabimento da ação rescisória	1683
a)	Se verificar que foi dada por prevaricação, concussão ou corrupção do juízo	1684
b)	Proferida por juiz impedido ou absolutamente incompetente	1684

c)	Resultar de dolo ou coação da parte vencedora em detrimento da parte vencida, ou de colusão ou simulação entre as partes, a fim de fraudar a lei	1685
d)	Ofender a coisa julgada	1686
e)	Violar manifestamente a norma jurídica	1687
f)	Se fundar em prova, cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal ou seja provada na própria ação rescisória	1690
g)	Depois do trânsito em julgado, o autor obtiver prova nova, cuja existência ignorava, ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável	1690
h)	Fundada em erro de fato verificável no exame dos autos	1691
5.3.	Legitimidade para propor a ação rescisória	1691
5.4.	Competência	1692
5.5.	Da revelia na ação rescisória	1693
5.6.	Procedimento na Justiça do Trabalho	1693
5.7.	Prazo para a propositura da ação rescisória	1699
6.	Da Ação Civil Pública na esfera trabalhista	1701
6.1.	Do conceito de Ação Civil Pública. Natureza jurídica e aplicabilidade no Processo do Trabalho	1701
6.2.	Competência para as ações coletivas na Justiça do Trabalho ..	1707
a)	Material	1707
b)	Funcional	1708
6.3.	Da legitimidade para a propositura da Ação Civil Pública	1710
6.4.	Litispêndia entre a Ação Civil Pública e a Ação Individual ..	1715
6.5.	Prescrição da pretensão nas ações coletivas trabalhistas	1718
6.6.	Sentença e coisa julgada na Ação Civil Pública	1719
7.	Da Ação Civil Coletiva	1726
7.1.	Processo coletivo estrutural na justiça do trabalho	1727
8.	Da ação de consignação em pagamento na Justiça do Trabalho	1730
9.	Ação anulatória na Justiça do Trabalho	1733
9.1.	Ação anulatória de normas convencionais na Justiça do Trabalho	1737
9.1.1.	Legitimidade	1741
9.1.2.	Competência material	1747
9.1.3.	Competência hierárquica ou funcional	1748
10.	Correição parcial na Justiça do Trabalho	1751
11.	<i>Habeas Corpus</i> na Justiça do Trabalho	1754
11.1.	Conceito e natureza jurídica	1754
11.2.	Competência da Justiça do Trabalho	1756

11.3.	Hipóteses de cabimento na Justiça do Trabalho	1757
a)	Ato da autoridade judiciária trabalhista	1757
b)	Possibilidade de impetração contra ato de particular na Justiça do Trabalho	1758
11.4.	Competência funcional e procedimento	1760
12.	Ação Monitória	1762
12.1.	A Ação Monitória no Direito Processual do Trabalho	1767
12.2.	Do procedimento da Ação Monitória na Justiça do Trabalho ...	1771
12.3.	Da ação monitória em face da Fazenda Pública	1772
13.	Mandado de Segurança na Justiça do Trabalho	1773
13.1.	Conceito de Mandado de Segurança	1773
13.2.	Do direito líquido e certo	1775
13.3.	Das competências material e funcional para o mandado de segurança	1777
13.4.	Mandado de segurança em face de decisão interlocutória e na execução da sentença trabalhista	1780
13.5.	Procedimento do mandado de segurança na Justiça do Traba- lho	1781
13.6.	Da liminar e da recorribilidade da decisão que a aprecia	1786
13.7.	Da recorribilidade da decisão no mandado de segurança	1788
13.8.	Do prazo para impetração do mandado de segurança	1788
13.9.	Do Mandado de Segurança Coletivo	1789
14.	O <i>habeas data</i> na Justiça do Trabalho	1791
15.	Ações Possessórias na Justiça do Trabalho	1793
15.1.	Do interdito proibitório	1797

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	1799
---	-------------